

O Plano Real e o mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul*

Sheila Sara Wagner Sternberg

Engenheira Química da FEE.

Resumo

*Este artigo tem por objetivo identificar as alterações que se processaram no mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul, a partir da implementação do Plano Real, tendo como referência o comportamento do emprego regulamentado no País. A análise empreendida, que utiliza a **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** como fonte dos dados, contempla o período de 1993 a 2002, enfocando a evolução setorial do emprego, a mudança no perfil da força de trabalho, bem como a evolução do rendimento real. Os resultados apontam uma pior evolução do emprego no contexto estadual do que no nacional, aumento da participação feminina, da média etária e da escolaridade média nos dois espaços, além de revelarem ganhos mais expressivos no rendimento dos trabalhadores gaúchos comparativamente ao quadro nacional.*

Palavras-chave

Mercado formal de trabalho; Plano Real; rendimento.

Abstract

This article aims to investigate the changes in the formal labor market of Rio Grande do Sul, since the implementation of the monetary stabilization program — Real Plan —, taking as reference the performance of the brazilian

* Este artigo faz parte de um estudo que procurou identificar as repercussões do Plano Real no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, desenvolvido no Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE pela autora em conjunto com Maria Isabel Herz da Jornada e Ilaine Zimmerman, com as quais a autora compartilha os resultados apresentados, ao mesmo tempo em que agradece a colaboração. Um agradecimento especial a Maria Isabel da Jornada pelo estímulo constante e pelas importantes sugestões e contribuições durante a elaboração deste texto.

formal labor market. The study analyzed the period 1993-02, taking a data base of the Employment Ministry (RAIS) as data source. The principal results showed the elevation in the number of formal employees, the increasing in the female participation, the increasing in the average of scholar level and in the age of the workers in the formal market and the increasing in the real labor income.

Artigo recebido em 21 dez. 2004.

Introdução

Nos anos 90, a economia brasileira passou por importantes transformações, que impactaram significativamente o funcionamento do mercado de trabalho. O Plano Collor, já no início da década, ao promover uma abertura comercial sem precedentes na história brasileira, forçou as empresas industriais a enfrentarem um vigoroso processo de reestruturação produtiva para fazer frente à concorrência com os produtos importados. O resultado sentido no mercado de trabalho foi a supressão de milhares de postos na indústria e a busca por alternativas de sobrevivência na informalidade. O Programa de Estabilização Econômica — Plano Real —, implementado em 1994, surgiu em um ambiente de descontrole inflacionário como um instrumento de estabilização dos preços internos, apoiado na articulação entre o aumento acelerado das importações e a absorção de recursos estrangeiros, que se fazia necessária para cobrir o “rombo” que se abriria nas contas externas. Em grandes linhas, a estratégia da política econômica foi a sustentação da valorização da moeda nacional, via âncora cambial, e a adoção de uma política de juros elevada, propiciando a maior competitividade dos produtos importados, o que, por sua vez, impeliu o setor produtivo nacional a ajustes mais profundos para alcançar maiores ganhos de produtividade, acentuando os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, já manifestos com o Plano Collor.

O Plano Real, como originalmente concebido, resistiu até o início de 1999, quando o panorama macroeconômico tornou forçoso abandonar a âncora cambial em favor do câmbio flutuante. A política monetária passou a ser orientada pelo regime de metas inflacionárias e por compromissos com um forte ajuste

fiscal. Essa segunda fase do Plano Real repercutiu diretamente no setor externo da economia, desafogando as exportações e, com isso, afetando positivamente o nível de atividade e o mercado de trabalho.

O presente artigo propõe-se a dar continuidade ao estudo das repercussões do Plano Real no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul,¹ enfocando um segmento específico, o dos trabalhadores com vínculos legais, que constituem o universo do mercado formal de trabalho no Estado, tomando-se como referência o comportamento do mesmo conjunto de trabalhadores no contexto nacional. A análise empreendida, que utiliza a **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS) — base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — como fonte dos dados, compreende o período de 1993 (ano que antecede a implantação do Plano Real) a 2002 (além de encerrar o “período FHC”, era, à época da conclusão do artigo, o último ano disponível na base de dados), subdividido em dois subperíodos, 1993-98 e 1998-02, que correspondem às duas fases do Plano Real. Chama-se atenção para o fato de que, tanto em termos globais como nos subperíodos analisados, se tomou como ponto inicial da análise o ano imediatamente anterior à implementação das mudanças na política econômica, uma vez que a RAIS contabiliza o estoque de trabalhadores em 31 de dezembro de cada ano. Mesmo se reconhecendo a riqueza e a importância dos dados da RAIS, é preciso alertar que, conforme adverte o Ministério do Trabalho e Emprego, se trata de registros administrativos e, por isso, passíveis de apresentarem incorreções, decorrentes, especialmente, do fato de as informações oriundas das empresas não sofrerem crítica — muitos dos erros existentes na base devem-se ao preenchimento incorreto e/ou à omissão de campos dos formulários. Assim, seguindo a orientação do próprio MTE, é preciso cautela na utilização desses dados.

O artigo está dividido em três partes além desta **Introdução** e das **Considerações Finais**. Na primeira, trata-se da evolução do emprego formal, por setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil. A seguir, enfoca-se a mudança no perfil dos empregados formais gaúchos e brasileiros, contemplando-se a distribuição de homens e mulheres, a escolaridade e a média etária, comparando-as, sempre que possível, com as mudanças dos mesmos aspectos que se verificaram na População Economicamente Ativa (PEA) e na ocupação.

¹ A primeira parte deste estudo, que trata dos impactos do Plano Real sobre a ocupação, encontra-se no artigo **O Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: Principais Evidências**, de Maria Isabel Herz da Jornada, publicado na revista **Indicadores Econômicos FEE** (2004).

Na terceira parte, analisa-se a evolução dos rendimentos médios reais no Rio Grande do Sul e no Brasil, fazendo-se algumas relações com o rendimento dos ocupados. Por fim, nas **Considerações Finais**, recuperam-se as principais evidências do estudo.

1 - Evolução do emprego formal por setores de atividade

Entre 1993 e 2002, o contingente de trabalhadores formais, no Rio Grande do Sul, passou de cerca de 1.773 mil para aproximadamente 2 milhões, acusando um crescimento de 14,3%, uma variação no mesmo sentido, mas com menor intensidade do que a registrada pelo emprego regulamentado no Brasil, que, no mesmo período, avançou de aproximadamente 23 milhões para 29 milhões de indivíduos, acusando um crescimento de 23,8%.² O menor avanço do emprego estadual frente ao brasileiro fez com que o RS sofresse pequeno declínio em sua participação no emprego nacional, passando de 7,7% no início do período para 7,1% em 2002.

No interior do período, observa-se que as variações no nível do emprego respeitaram as distintas conjunturas econômicas: taxas de crescimento baixas — e até mesmo negativas no caso do RS — até 1998 e taxas mais altas a partir de 1999, correspondendo aos dois momentos do Plano Real.

A primeira fase do Plano Real (1994-98) foi de baixo dinamismo econômico, com uma taxa média anual de crescimento do PIB nacional de 3,2% e de apenas 1,2% no caso do PIB estadual, o que repercutiu negativamente sobre o mercado de trabalho, sobretudo no setor industrial, mais severamente atingido pelas medidas de política econômica. A desvalorização do dólar frente ao real foi prejudicial ao setor exportador, afetando intensamente a indústria de transformação, principalmente no caso do RS, que tem, na indústria de calçados³, fortemente vinculada ao mercado externo, a maior absorvedora de mão-de-obra.

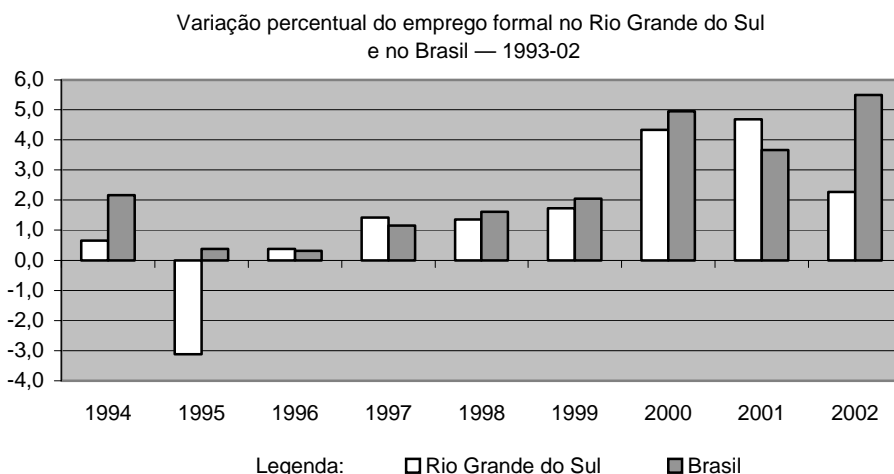
² No período analisado, o desempenho do mercado formal de trabalho foi melhor do que o registrado para o total da ocupação, que, entre os mesmos anos, avançou de cerca de 5 milhões para 5,5 milhões de indivíduos (variação de 8,9%) no Rio Grande do Sul e de aproximadamente 66,6 milhões para 78,2 milhões (variação de 17,4%) no Brasil (Jornada, 2004).

³ Além das restrições às exportações, nesse subperíodo, a indústria de calçados experimentou ainda forte concorrência de produtos importados (especialmente chineses), o que também contribuiu para a redução de vagas nesse subsetor.

No início de 1999, a crise cambial vivida pelo País provocou alterações na política econômica — a adoção do câmbio flutuante —, marcando o início da segunda fase do Plano Real. O bom desempenho das exportações, graças à desvalorização cambial, contribuiu para que o PIB estadual crescesse acima da média nacional — entre 1999 e 2002, o crescimento médio anual do PIB foi de 2,9% no RS e de 2,1% no País —, com repercussões favoráveis no emprego, que exibiu um maior crescimento, comparativamente ao subperíodo anterior, tanto no Estado como no País.

A análise dos dados do Gráfico 1 mostra que, nos anos correspondentes à primeira fase do Plano Real, o desempenho do mercado de trabalho gaúcho foi inferior ao do agregado nacional. Em 1994, o emprego estadual manteve-se praticamente constante (variação de 0,7%), enquanto houve crescimento de 2,2% no País. No ano seguinte, a queda de 3,1% no emprego formal do Estado contrapôs-se a uma relativa estabilidade do emprego nacional (variação de 0,4%). A partir de 1996, ano em que houve relativa estabilidade no emprego estadual e também no nacional (0,4% e 0,3% respectivamente), as variações registradas nos dois espaços foram muito próximas: 1,4% e 1,2% em 1997 e 1,4% e 1,6% em 1998, no Rio Grande do Sul e no Brasil, respectivamente. Assim, no subperíodo 1993-98, o emprego estadual manteve-se praticamente constante (variação de 0,6%), enquanto o nacional cresceu 5,7%.

Gráfico 1



FONTE: RAIS-MTE.

A partir de 1999, subperíodo que corresponde à segunda fase do Plano Real, o crescimento do emprego intensificou-se nos dois espaços, atingindo, de maneira geral, níveis mais elevados no País do que no Estado. No RS, a tendência foi de crescimento contínuo até 2001 (1,7%, 4,3% e 4,7% em 1999, 2000 e 2001, respectivamente) e desaceleração em 2002 (2,3%). No Brasil, o ritmo de crescimento do emprego não teve a mesma continuidade, registrando-se uma variação de 2,0% em 1999, 4,9% em 2000, 3,7% em 2001 e 5,5% em 2002, o maior valor da série nacional. Destaque-se que o ano de 2001, além de ostentar a maior variação da série estadual, foi o único no qual o crescimento do emprego gaúcho superou a variação nacional, o que se deve aos efeitos da crise energética que se abateu mais fortemente sobre o País do que sobre o Estado. Considerando-se o saldo entre os anos extremos — 1998⁴ e 2002 —, obtém-se uma taxa de crescimento de 13,6% no emprego estadual e de 17,1% no nacional, resultados melhores do que os registrados no subperíodo anterior e que acusam o efeito positivo que a mudança no regime cambial teve sobre o emprego, especialmente no caso do Rio Grande do Sul.

Setorialmente,⁵ é possível observar também a influência das diferentes conjunturas sobre o movimento do emprego formal. No primeiro subperíodo, as perdas sofridas pela indústria de transformação foram compensadas pelos incrementos experimentados pelo comércio, pelo setor serviços e pela administração pública. No segundo subperíodo, o emprego industrial mostrou elevação — especialmente no RS, em que a variação superou a do congêneres nacional —, enquanto, no comércio, no serviços e na administração pública, se verificou, de maneira geral, crescimento menos intenso do que na fase anterior⁶ (Gráficos 2 e 3).

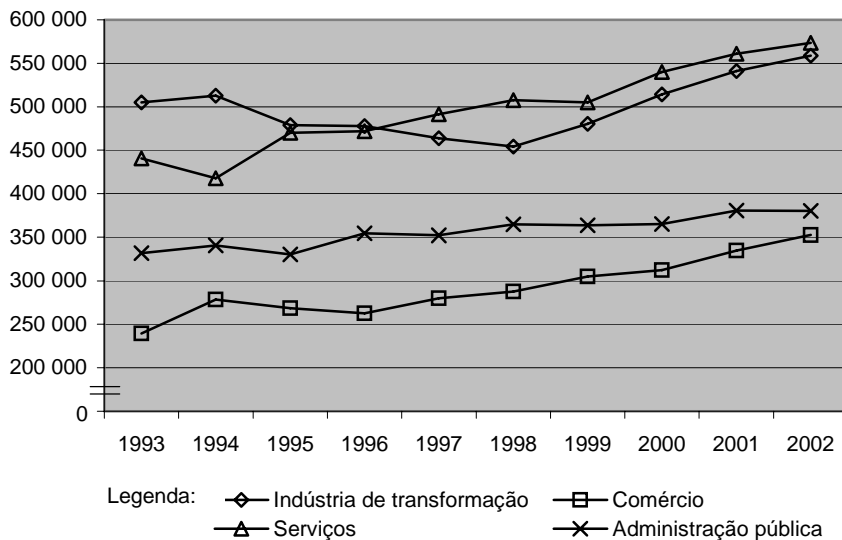
⁴ Toma-se o ano de 1998 como início do segundo subperíodo do Plano Real, já que os dados da RAIS informam a situação do emprego em 31 de dezembro de cada ano.

⁵ Para efeitos desta análise, consideraram-se apenas os setores com maior peso no emprego estadual e também no nacional — indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública, que, em conjunto, responderam, em média, por 90% do emprego estadual e por 87% do emprego nacional ao longo do período 1993-02.

⁶ A única exceção é o comércio no RS, no qual o crescimento do emprego entre 1998 e 2002 (22,5%) foi um pouco superior ao registrado entre 1993 e 1998 (20,1%).

Gráfico 2

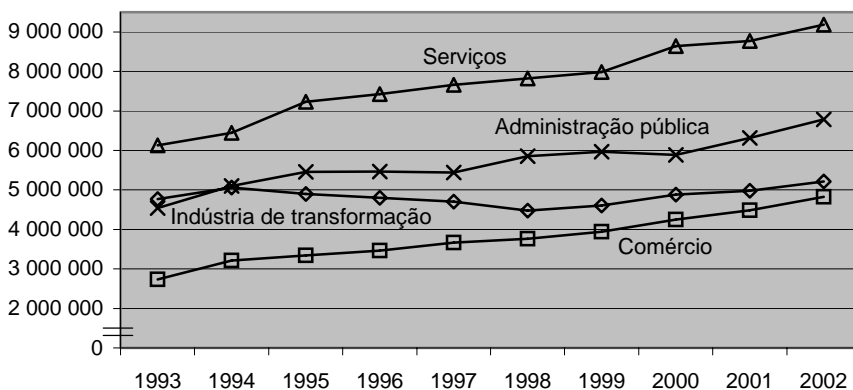
Evolução do emprego formal nos principais setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1993-02



FONTE: RAIS-MTE.

Gráfico 3

Evolução do emprego formal nos principais setores de atividade, no Brasil — 1993-02



FONTE: RAIS-MTE.

Na indústria de transformação, entre os anos extremos do período, o contingente de trabalhadores formais passou de aproximadamente 505 mil para 559 mil no Rio Grande do Sul e de cerca de 4,7 milhões para 5,2 milhões no Brasil, acusando crescimento de 10,7% e 9,2% em cada um dos espaços, respectivamente. Nesse setor, é possível identificar, com bastante nitidez, os efeitos da política econômica sobre o nível de emprego. Entre 1993 e 1998, período que corresponde à primeira fase do Plano Real, verificou-se retração no emprego industrial, mais acentuada no Estado do que no País. Na segunda fase, que se inaugurou no início de 1999, a mudança na política econômica, favorecendo as exportações, deu um novo impulso à atividade industrial, sobretudo no RS, levando a um crescimento mais intenso do contingente empregado já a partir daquele ano.

No RS, após experimentar crescimento de 1,5% em 1994, o emprego industrial foi declinante até 1998, com variações de -6,6% em 1995, -0,2% em 1996, -2,9% em 1997 e 2,1% em 1998. Contabiliza-se com isso, no subperíodo 1993-98, a eliminação de cerca de 51 mil postos de trabalho, uma retração de 10,1%, que fez com que, em 1998, se tivesse, nesse setor, o menor estoque de toda a série (454 mil empregados). Em larga medida, o significativo decréscimo de postos de trabalho verificado nesse subperíodo se deveu à forte retração experimentada pela indústria de calçados, segmento mais expressivo da indústria de transformação sul-rio-grandense e que concentrava, em 1989, cerca de um terço da mão-de-obra industrial.⁷ Esse segmento, duramente afetado pelas restrições às exportações na primeira fase do Plano Real, sofreu expressiva queda do contingente formalmente empregado, pouco mais de 51 mil postos de trabalho (variação de -34,9%), o que correspondeu a cerca de 68% das vagas fechadas na indústria de transformação, nesse subperíodo⁸.

No Brasil, entre 1993 e 1998, a evolução do emprego industrial teve tendência semelhante à verificada no Rio Grande do Sul. Comparativamente ao desempenho estadual, entretanto, o emprego na indústria de transformação brasileira mostrou maior elevação em 1994 (6,0%), quedas menos pronunciadas em 1995 (-3,1%), em 1996 (-2,0%) e em 1997 (-2,0%) e maior retração em 1998 (-4,8%). Em 1998, a exemplo do que se vira para o Estado, registrava-se também no País o menor estoque de trabalhadores formais da série ana-

⁷ Em 2002, como decorrência das fortes perdas sofridas, esse subsetor passou a deter cerca de um quarto da mão-de-obra industrial do Estado.

⁸ Para esse cálculo, consideraram-se apenas os subsetores com diminuição do número de empregados formais: a indústria metalúrgica (-4.992 postos), a indústria de borracha, fumo, couros e peles (-10.286 postos), a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido (-4.831) e a indústria de calçados (-51.249).

lisada, marcando uma diminuição de 296 mil postos de trabalho em relação a 1993, uma retração de 6,2%, menos intensa, portanto, do que a registrada no RS, no mesmo subperíodo.

A partir de 1999, o emprego industrial teve trajetória ascendente nos dois espaços, observando-se crescimento mais acentuado no Estado do que no País. No RS, o emprego industrial cresceu 5,7% em 1999, 7,0% em 2000 — o maior acréscimo da série —, 5,3% em 2001 e 3,2% em 2002. O acréscimo de 104,5 mil postos de trabalho nesse subperíodo, uma variação de 23,0%, mais do que compensou as perdas do primeiro subperíodo, fazendo com que, em 2002, a indústria de transformação do RS contasse com pouco menos de 560 mil empregados formais, o maior contingente da série analisada. Também nesse subperíodo, foi o desempenho da indústria de calçados que determinou a expressiva elevação do emprego na indústria de transformação. Entre 1998 e 2002, com um acréscimo de cerca de 35 mil postos de trabalho (variação de 36,6%) — o maior entre todos os subsetores que compõem a indústria de transformação estadual —, esse segmento respondeu por cerca de 68% do total de vagas acrescidas à indústria de transformação gaúcha.⁹

No Brasil, o emprego industrial ostentou incrementos menores do que os estaduais em 1999 (2,8%), em 2000 (6,1%) e em 2001 (1,9%) e mais intensos em 2002 (4,7%), registrando-se, entre 1998 e 2002, crescimento de 16,4% (733 mil postos de trabalho). O aumento do número de postos de trabalho verificado nesse segundo subperíodo, a exemplo do que ocorreu no RS, compensou as perdas registradas entre 1993 e 1998, nesse mesmo setor, atingindo-se, em 2002, um estoque de 5,2 milhões de trabalhadores formais na indústria de transformação brasileira, o maior do período analisado.

O comércio foi o setor que, no cômputo total do período analisado, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, ostentou a maior variação percentual do emprego formal, 76,6% e 47,2% respectivamente, o que fez com que o contingente empregado avançasse de algo em torno de 240 mil para 353 mil no Estado e de aproximadamente 2,7 milhões para 4,8 milhões no País. Nesse setor, a evolução do emprego ano a ano mostrou diferenças entre o comportamento nacional e o estadual: no primeiro espaço, em todos os anos, houve aumento de contingente, enquanto, no Estado, em dois momentos registrou-se diminuição do pessoal empregado. Nos dois subperíodos considerados, o desempenho estadual ficou abaixo do nacional — entre 1993 e 1998, registrou-

⁹ No subperíodo 1998-02, todos os subsetores da indústria de transformação gaúcha exibiram crescimento do emprego.

-se elevação de 20,1% no Estado e de 37,6% no País e, entre 1998 e 2002, o incremento foi de 22,5% no Rio Grande do Sul e de 28,3% no Brasil.

No setor serviços, o número de empregados formais, que, em 1993, era de cerca de 440,5 mil no Rio Grande do Sul e de 6,2 milhões no Brasil, atingiu, em 2002, aproximadamente 573 mil e 9,2 milhões em cada um dos espaços, respectivamente, acusando variações de 30,2% no Estado e de 49,8% no País. Nesse setor, observaram-se também diferenças na evolução do emprego em cada um dos espaços, no interior do período estudado: no Estado, alternaram-se momentos de queda, de elevação e também de relativa estabilidade no nível de emprego, enquanto, no País, o movimento foi sempre de elevação do contingente empregado. Também nesse setor, observa-se que tanto a variação do emprego entre os anos extremos do período quanto aquela nos dois subperíodos considerados marcaram vantagem do Brasil em relação ao Rio Grande do Sul — entre 1993 e 1998, as variações foram de 15,2% no Estado e de 27,7% no País e, entre 1998 e 2002, houve crescimento de 13,0% e 17,3% em cada um dos espaços, respectivamente.

Na administração pública, no período 1993-02, o número de empregados formais passou de aproximadamente 332 mil para 380 mil no Rio Grande do Sul e de cerca de 6,1 milhões para 9,2 milhões no Brasil.¹⁰ Nesse setor, tanto no País como no Estado, verificou-se variação positiva do emprego na maior parte dos anos que compõem o período analisado, destacando-se que, de maneira geral, o crescimento do emprego nacional foi superior ao do estadual. No cômputo total do período, o setor evidenciou crescimento muito maior no País (49,4%) do que no Estado (14,6%). Nos dois subperíodos analisados, a vantagem também ficou com o agregado nacional, que teve incrementos de 28,8% no primeiro e de 15,9% no outro, enquanto, no Estado, as variações foram de 9,9% e de 4,3% em cada um deles, respectivamente.¹¹

¹⁰ É preciso destacar que, em 1993, o número de trabalhadores formais na administração pública, no Rio Grande do Sul, foi ajustado tomando como base os dados do mesmo setor para os anos de 1992 e 1994, uma vez que a informação disponível na RAIS, para aquele ano, se encontrava aparentemente subestimada, havendo, em contrapartida, um excesso de vínculos na categoria outros/ignorados. Tais distorções decorrem, possivelmente, de erros de preenchimento das informações, já que, conforme alerta o Ministério do Trabalho e Emprego, não existe checagem das informações. Nesses casos, o próprio Ministério autoriza e recomenda que se façam as “correções” necessárias. No caso brasileiro, ainda que não haja distorções aparentes no número de empregados formais desse setor e, por isso, não se tenha procedido nenhum ajuste, chama-se, ainda assim, atenção para o elevado contingente de trabalhadores alocados em outros/ignorados, o que também pode ter provocado algum equívoco na análise empreendida.

¹¹ É preciso lembrar que, conforme explicitado anteriormente, os dados referentes ao número de empregados formais na administração pública foram ajustados, o que pode ter ocasionado alguma imprecisão no cálculo das variações do emprego nesse setor.

Apesar das distintas intensidades de variação do emprego formal, nos setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre 1993 e 2002, pouco se alterou a participação do Estado em seu congênere nacional. A indústria de transformação gaúcha manteve-se com participação praticamente constante em relação à indústria nacional (10,6% em 1993 e 10,7% em 2002). O setor serviços, o comércio e a administração pública, todos com declínio em sua participação no congênere nacional (0,9, 1,5 e 1,7 ponto percentual respectivamente), chegaram a 2002 com ponderações de 6,2%, 7,3% e 5,6% respectivamente.

Ao se considerar, entretanto, a estrutura do emprego em cada um dos espaços, verificam-se algumas alterações importantes, decorrentes dos diferentes desempenhos setoriais ao longo do período analisado.

No RS, há uma troca de posições relativas entre a indústria de transformação e o setor serviços — a indústria de transformação, que em 1993 concentrava a maior parcela de trabalhadores gaúchos (28,5%), chega a 2002 com participação de 27,6% no emprego total do Estado, perdendo a condição de maior absorvedor de mão-de-obra para o setor serviços, cuja participação, no período analisado, avançou de 24,8% do total de trabalhadores formais para 28,3%, conquistando a primeira posição. A administração pública, que manteve praticamente a mesma ponderação nos dois momentos (cerca de 19%), e o comércio, que teve sua participação ampliada em 3,9 pontos percentuais, respondendo, em 2002, por 17,4% do emprego estadual, permaneceram na terceira e na quarta posições, respectivamente.

Também no Brasil, a indústria de transformação diminuiu sua participação no emprego, passou de 20,6% em 1993 para 18,2% em 2002 e, com isso, caiu da segunda para a terceira posição, trocando de lugar com a administração pública, que ampliou sua ponderação (de 19,6% para 23,7%), assumindo a segunda posição. O setor serviços e o comércio, ambos com aumento em sua participação (5,5 pontos percentuais e 5,0 pontos percentuais respectivamente), mantiveram-se, em 2002, na primeira e na quarta posições, respectivamente, respondendo o setor serviços por 32,0% e o comércio por 16,8% do emprego nacional.

2 - O perfil dos empregados formais

Faz-se, a seguir, uma breve caracterização das mudanças que se processaram no perfil dos trabalhadores formais, no período 1993-02, considerando-se a participação de homens e mulheres no emprego, a escolaridade

média dos empregados formais, bem como a sua média etária. Chama-se atenção, entretanto, para o fato de que tais alterações não se restringem ao mercado formal, mas repercutem o movimento verificado na População Economicamente Ativa e também entre os ocupados.¹² Procurando apreender as especificidades do mercado formal de trabalho, comenta-se a evolução de cada um dos aspectos considerados, utilizando-se, como elemento de comparação, as alterações dos mesmos atributos verificadas na PEA e no total da ocupação estadual e nacional, no mesmo período.

Tratando-se, inicialmente, da participação de homens e mulheres no emprego formal, verifica-se que, embora, ao longo de todo o período, a participação masculina tenha sido preponderante, o crescimento bem mais expressivo do contingente feminino, comparativamente ao masculino, levou a uma perda de participação dos homens no total do emprego, tanto no âmbito estadual como no nacional. No Estado, onde a participação das mulheres era mais expressiva do que no País, registrou-se, entre 1993 e 2002, crescimento de 22,5% no emprego feminino e de 9,0% no masculino, fazendo com que, em 2002, elas detivessem 42,4% do emprego estadual, marcando uma elevação de 2,8 pontos percentuais em relação ao início do período. No Brasil, entre os mesmos anos, houve um crescimento de 35,4% no contingente feminino formalmente empregado e de 17,2% no masculino, o que provocou aumento de 3,4 pontos percentuais na participação feminina, que atingiu 39,8% em 2002 (Tabela 1).

No caso do agregado nacional, as taxas de variação dos contingentes masculino e feminino, de certo modo, reproduzem o que se processou na PEA — crescimento de 15,5% para os homens e de 30,1% para as mulheres — e também na ocupação — incremento de 13,0% para eles e de 24,3% para elas. No RS, diferentemente, o número de homens formalmente empregados teve crescimento, que ficou um pouco abaixo daquele evidenciado pelo grupo masculino na PEA (11,4%) e próximo ao registrado entre os ocupados (9,4%), enquanto, para as mulheres, se registrou crescimento bem mais acentuado no emprego formal comparativamente ao verificado na PEA (12,8%) e na ocupação (8,2%), o que parece sinalizar um favorecimento do ingresso de mulheres no mercado formal gaúcho.¹³

¹² Para maiores detalhes a esse respeito, ver Jornada (2004).

¹³ Apesar do avanço, a participação feminina no mercado formal ficou um pouco abaixo da registrada entre os ocupados. No RS, as mulheres mantiveram-se com participação estável na ocupação, respondendo por cerca de 43,5% em 1993 e em 2002. No Brasil, a participação feminina na ocupação avançou de 39,0% em 1993 para 41,3% em 2002 (Jornada, 2004).

Tabela 1

Distribuição dos trabalhadores formais, por atributos, no
Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	1993	2002	1993	2002
Homens	14 734 768	17 265 351	1 070 963	1 167 052
Mulheres	8 430 259	11 418 562	702 339	860 364
Distribuição etária				
De 10 a 14 anos	34 580	2 607	6 715	361
De 15 a 17 anos	516 860	289 557	63 704	33 581
De 18 a 24 anos	4 291 805	5 437 042	331 303	404 717
De 25 a 29 anos	4 132 546	4 772 782	298 803	307 048
De 30 a 39 anos	7 246 411	8 703 541	547 344	596 918
De 40 a 49 anos	4 540 228	6 239 360	354 278	462 292
De 50 a 64 anos	2 118 920	3 021 473	154 243	210 731
65 anos ou mais	161 434	201 639	9 209	11 176
Ignorado	122 243	15 912	7 703	592
Distribuição por faixas de escolaridade				
Analfabetos	709 862	461 800	30 710	18 970
Fundamental incompleto	9 620 467	7 948 770	791 934	605 855
Fundamental completo	5 048 146	7 276 926	403 853	550 890
Médio completo	5 071 511	9 325 477	343 253	607 505
Superior completo	2 461 788	3 670 940	192 136	244 196
Ignorado	253 253	0	11 416	0

FONTE: RAIS-MTE.

A elevação da média etária dos trabalhadores formais, outra alteração ocorrida no período enfocado, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, decorreu, fundamentalmente, da diminuição do peso relativo das faixas que abarcavam os empregados com até 39 anos e do conseqüente aumento das demais, especialmente a de 40 a 49 anos, que detinha, tanto no Estado como no País, a maior participação no emprego formal (Tabela 1).

Entre 1993 e 2002, no Estado, que contava com trabalhadores mais jovens do que os do agregado nacional, a média etária passou de 34,2 anos para 35,4 anos, mantendo-se abaixo das identificadas na PEA (35,78 anos em 1993 e 37,52 anos em 2002) e na população ocupada (36,2 anos em 1993 e 38,1 anos em 2002), o que aponta a tendência de o mercado formal gaúcho absorver trabalhadores mais jovens. No Brasil, entre os mesmos anos, a idade média dos empregados formais passou de 34,5 anos para 35,5 anos. Nesse caso, diferentemente do identificado no RS, a média etária dos empregados formais ficava um pouco acima da encontrada na PEA (33,8 anos em 1993 e 34,3 anos em 2002) e pouco abaixo da exibida pelos ocupados (35,5 anos em 1993 e 36,2 anos em 2002).

Outra evidência importante das mudanças no perfil dos empregados formais foi a elevação da escolaridade média, que se deu pela diminuição do contingente de trabalhadores com níveis mais baixos de escolaridade (analfabetos e trabalhadores com ensino fundamental incompleto), associada ao aumento do número daqueles com níveis mais altos de escolaridade, especialmente os que haviam concluído pelo menos o ensino médio. Os avanços diferenciados na escolaridade média dos empregados formais no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1,12 e 1,25 ano de estudo respectivamente — fizeram com que, ao final do período, a escolaridade média dos brasileiros, que em 1993 era muito próxima daquela dos gaúchos (7,51 e 7,47 anos de estudo respectivamente), assumisse maior vantagem em relação ao contexto estadual, registrando 8,76 anos de estudo contra 8,59 anos de estudo no Estado¹⁴ (Tabela 1).

Mesmo acompanhando o movimento geral de elevação da escolaridade média verificado na PEA e no conjunto de ocupados,¹⁵ os empregados formais, no País e no Estado, ostentaram sempre melhor condição de escolaridade, comparativamente à PEA e ao total de ocupados. Tal constatação, aliada ao já referido movimento do emprego nos diferentes estratos de escolaridade, pode ser tomada como indicativo de que a exigência de escolaridade, no mercado formal, esteja se deslocando para níveis cada vez mais altos, apontando um estreitamento das condições de inserção de indivíduos com baixos níveis de escolaridade.

¹⁴ Apesar do avanço na escolaridade média dos empregados formais, em 2002 ainda era significativo o percentual de trabalhadores que não haviam concluído o ensino fundamental: 30,8% no Rio Grande do Sul e 29,3% no Brasil.

¹⁵ A escolaridade média da PEA avançou 1,46 ano no País e 1,14 ano no Estado, atingindo, em 2002, 7,41 e 7,43 anos de estudo em cada um dos espaços respectivamente. Entre os ocupados, em 2002 a escolaridade média atingiu 7,4 anos de estudo nos dois contextos, graças à elevação de 1,44 ano de estudo no Brasil e de 1,13 ano de estudo no Rio Grande do Sul (Jornada, 2004).

3 - A evolução do rendimento médio real

No cômputo total do período 1993-02, o rendimento médio real dos empregados formais no RS, que sempre esteve abaixo do patamar nacional, exibiu crescimento de 24,9%, passando de R\$ 780,71 em 1993 a R\$ 974,87 em 2002. No Brasil, o rendimento real avançou de R\$ 814,66 em 1993 para R\$ 997,43 em 2002, acusando uma variação de 22,4%, um pouco menor, portanto, do que a verificada no âmbito estadual. Comparativamente ao rendimento dos ocupados,¹⁶ o rendimento médio real dos empregados formais, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, além de exibir melhor evolução, ostentou sempre maiores valores — o rendimento médio real dos ocupados, que teve variações de 6,9% no Estado e de 16,3% no País, atingiu, ao final do período, R\$ 787,75 e R\$ 743,32 em cada um dos contextos, respectivamente (Tabela 2).

No interior do período (Gráfico 4), observa-se, de maneira geral, que a evolução do rendimento médio real dos empregados formais seguiu a delimitação temporal correspondente às duas fases do Plano Real, exibindo movimento convergente no Estado e no País — apenas em 2001, Rio Grande do Sul e Brasil divergiram no sentido do movimento, com relativa estabilidade no primeiro (variação de 0,6%) e pequeno decréscimo no segundo (-1,2%).

Os primeiros cinco anos foram marcados por crescimento sucessivo do rendimento médio real dos empregados formais estaduais e nacionais, destacando-se, nos dois espaços, os anos de 1994 e 1995 — anos imediatamente posteriores à implementação do Plano Real — como os de maiores incrementos. No RS, após experimentar elevação de 7,1% em 1994 e de 21,1% em 1995, o rendimento médio real dos empregados formais teve seu ritmo de crescimento diminuído, registrando variações de 2,8%, 1,2% e 4,1% em 1996, 1997 e 1998, respectivamente. No Brasil, o movimento foi semelhante, observando-se maiores incrementos nos anos iniciais — 21,1% em 1994 e 10,8% em 1995 — e crescimento menos intenso nos demais anos do subperíodo — 0,7% em 1996, 2,7% em 1997 e 1,8% em 1998. Apesar das distintas variações no interior do subperíodo, em cada um dos espaços analisados, contabilizaram-se, entre 1993 e 1998, variações próximas no Brasil e no Rio Grande do Sul: 40,6% e 41,2% respectivamente. Tais incrementos foram superiores aos verificados no rendimento dos ocupados, que, no mesmo subperíodo, registrou elevação de 19,5% no Estado e 32,1% no País.

¹⁶ A respeito da evolução do rendimento médio real dos ocupados, ver Jornada (2004).

Tabela 2

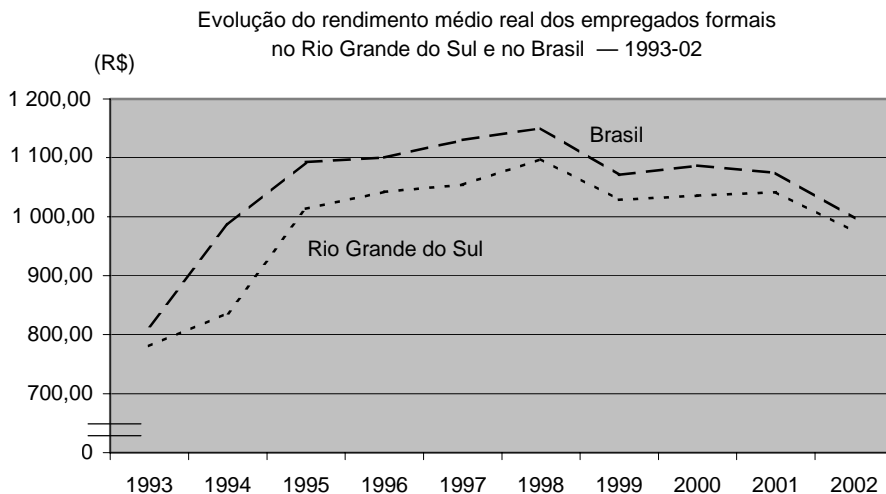
Evolução do rendimento médio real nos principais setores de atividade,
no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993-02

ESPECIFICAÇÃO	1993 (R\$)	1994 (R\$)	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)
Rio Grande do Sul							
Indústria de transformação	711,21	820,18	902,04	929,75	972,63	937,71	892,55
Comércio	577,05	675,16	734,08	751,55	729,97	725,36	695,79
Serviços	1 097,52	1 124,73	1 290,78	1 251,29	1 255,07	1 320,36	1 162,35
Administração pública	664,33	562,36	1 145,47	1 241,61	1 274,96	1 393,94	1 391,57
Subtotal	780,71	836,29	1 013,38	1 042,10	1 054,18	1 097,49	1 028,47
Brasil							
Indústria de transformação	1 010,24	1 102,17	1 186,99	1 204,80	1 217,28	1 156,36	1 083,24
Comércio	559,27	662,27	722,76	749,61	733,95	725,36	693,76
Serviços	992,46	1 078,00	1 224,73	1 212,55	1 233,19	1 297,23	1 160,32
Administração pública	588,36	941,03	1 171,89	1 154,44	1 270,98	1 320,36	1 280,00
Subtotal	814,66	986,15	1 092,63	1 100,21	1 129,76	1 150,06	1 071,06
ESPECIFICAÇÃO	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)	VARIACIONES %			
				1993-98	1998-02	1993-02	
Rio Grande do Sul							
Indústria de transformação	877,18	927,47	857,52	31,8	-8,6	20,6	
Comércio	688,91	689,78	647,65	25,7	-10,7	12,2	
Serviços	1 178,84	1 102,25	1 010,97	20,3	-23,4	-7,9	
Administração pública	1 433,44	1 531,03	1 491,63	109,8	7,0	124,5	
Subtotal	1 035,50	1 041,66	974,87	40,6	-11,2	24,9	
Brasil							
Indústria de transformação	1 074,01	1 085,93	1 008,71	14,5	-12,8	-0,2	
Comércio	693,18	682,79	636,37	29,7	-12,3	13,8	
Serviços	1 157,45	1 095,26	1 010,97	30,7	-22,1	1,9	
Administração pública	1 384,23	1 407,52	1 308,85	124,4	-0,9	122,5	
Subtotal	1 086,85	1 074,28	997,43	41,2	-13,3	22,4	

FONTE: RAIS-MTE.

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de abril de 2004.

Gráfico 4



FONTES: RAIS-MTE.

No subperíodo seguinte (1998-02), houve queda do rendimento médio dos empregados formais, mais intensa no País (-13,3%) do que no Estado (-11,2%), tendência idêntica à verificada para o rendimento médio real dos ocupados, que registrou praticamente as mesmas perdas para gaúchos e brasileiros: 10,5% para os primeiros e 10,7% para os outros. Também nesse subperíodo, é possível identificar diferentes magnitudes de variação em cada um dos anos. No RS, o rendimento médio real teve queda de 6,3% em 1999, manteve-se praticamente estável em 2000 e 2001 (variações de 0,7% e 0,6% respectivamente) e voltou a recuar em 2002 (-6,4%). No Brasil, o rendimento médio real, após sofrer retração de 6,9% em 1999, experimentou pequeno crescimento em 2000 (1,5%) e novamente recuou em 2001 (-1,2%) e também em 2002 (-7,2%).

Nos setores de atividade considerados (Tabela 2), com exceção do serviços no Estado e da indústria de transformação no País, verificou-se, entre os anos extremos do período, incremento do rendimento médio real dos trabalhadores formais no Brasil e no Rio Grande do Sul.

No comércio, entre 1993 e 2002, o crescimento do rendimento médio real no RS (12,2%) ficou pouco abaixo daquele do congêneres nacional (13,8%). Com isso, ao final do período, nesse setor, estreitou-se a diferença entre o

rendimento médio dos gaúchos e o dos brasileiros, mantendo-se, ainda assim, pequeno diferencial favorável ao Estado: R\$ 647,65 e R\$ 636,37 respectivamente.

Na administração pública, em que as variações do rendimento médio real no Rio Grande do Sul e no Brasil foram as maiores dentre os setores considerados, registraram-se incrementos próximos nos dois espaços: 124,5% e 122,5%¹⁷ respectivamente. Com isso, o rendimento médio real dos gaúchos, que no início do período já superava o do congênera nacional, ao final do período ampliou a vantagem, registrando R\$ 1.491,60 contra R\$ 1.308,80 respectivamente.

Na indústria de transformação, considerando-se os anos extremos do período, verifica-se estabilidade no rendimento médio real dos brasileiros (variação de -0,2%) e elevação do rendimento real dos gaúchos (20,6%), o que fez com que, ao final do período, se estreitasse a diferença entre os valores estadual e nacional — R\$ 857,52 e R\$ 1.008,71 respectivamente —, mantendo, contudo, vantagem para o último.

No setor serviços, os trabalhadores gaúchos experimentaram perda no rendimento médio real (-7,9%), enquanto os brasileiros acusaram pequeno ganho (1,9%). Com isso, o rendimento médio dos trabalhadores do Estado, que, em 1993, era pouco superior ao do agregado nacional, atingiu, em 2002, o mesmo valor daqueles do País: R\$ 1.010,97.

Ao se tratar da evolução do rendimento médio real de homens e mulheres, observa-se que, em linhas gerais, no Rio Grande do Sul e no Brasil, os ganhos foram mais significativos para elas do que para eles, o que, contudo, não foi suficiente para reverter o quadro de desvantagem feminina (Tabela 3).

No RS, o rendimento médio dos homens teve variação de 21,6%, e o das mulheres, 33,7%, o que fez com que, ao final do período, se estreitasse a distância entre as remunerações dos dois grupos, atingindo R\$ 1.051,59 para eles e R\$ 871,06 para elas. No Brasil, os trabalhadores homens exibiram crescimento de 16,6%; e as mulheres, de 40,0% em seu rendimento médio

¹⁷ Recomenda-se cautela na análise da evolução do rendimento médio dos empregados da administração pública do RS, uma vez que, em 1993, conforme destacado anteriormente, os dados a respeito do número de empregados formais para esse setor se encontravam subestimados. Desse modo, é possível que haja alguma distorção também no valor do rendimento médio real dos empregados do setor naquele ano, o que, eventualmente, pode ter influenciado no cálculo de sua variação, no período 1993-02. Também no caso brasileiro, uma variação no rendimento médio real com a magnitude encontrada exige cuidado na sua avaliação, ainda que, como já salientado, não haja indícios de problemas nos dados referentes ao número de empregados formais do setor (ver nota de rodapé 9).

real, registrando, ao final do período, valores de R\$ 1.071,16 e de R\$ 882,34 respectivamente. Dessa forma, os dois espaços igualam-se em termos do diferencial salarial entre o trabalho masculino e o feminino no mercado formal: no Rio Grande do Sul e no Brasil, as mulheres receberam 82,8% e 82,4%, respectivamente, do que receberam os homens em 2002.

Tabela 3

Evolução do rendimento médio real de homens e mulheres nos principais setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993-02

ESPECIFICAÇÃO	1993		2002		VARIAÇÃO %	
	Homens (R\$)	Mulheres (R\$)	Homens (R\$)	Mulheres (R\$)	Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul						
Indústria de transformação	824,35	491,38	999,69	586,72	21,3	19,4
Comércio	640,09	471,98	717,61	548,36	12,1	16,2
Serviços	1 207,44	940,73	1 130,57	877,83	-6,4	-6,7
Administração pública	656,25	686,96	1 773,71	1 308,85	170,3	90,5
Subtotal	864,76	651,40	1 051,59	871,06	21,6	33,7
Brasil						
Indústria de transformação	1 154,10	620,69	1 132,83	690,53	-1,8	11,3
Comércio	612,61	455,82	686,02	557,39	12,0	22,3
Serviços	1 082,98	838,90	1 105,75	884,60	2,1	5,4
Administração pública	709,59	486,53	1 570,62	1 114,78	121,3	129,1
Subtotal	921,34	630,39	1 074,16	882,34	16,6	40,0

FONTES: RAIS-MTE.

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de abril de 2004.

O mesmo se verifica na maior parte dos setores de atividade analisados: o rendimento das mulheres mostrou melhor evolução do que o dos homens. Mesmo assim, ao final do período, o rendimento feminino mantinha-se em patamar inferior ao masculino.

Na indústria de transformação gaúcha, o rendimento dos homens cresceu 21,3%; e o das mulheres, 19,4%, ampliando a vantagem masculina — em 2002, o rendimento dos homens era de R\$ 999,69, e o das mulheres, de R\$ 586,72. No Brasil, nesse mesmo setor, diferentemente do registrado no Estado, o rendimento das mulheres teve avanço de 11,3%, atingindo, em 2002, R\$ 690,53, enquanto o dos homens recuou 1,8%, passando a R\$ 1.132,83 no final do período.

No comércio, o crescimento do rendimento masculino foi praticamente o mesmo no Rio Grande do Sul e no Brasil (12,1% e 12,0% respectivamente), enquanto o feminino cresceu mais no País (22,3%) do que no Estado (16,2%). Ao final do período, o rendimento masculino persistia superior ao feminino tanto no Estado como no País, com valores de R\$ 717,61 para eles e de R\$ 548,36 para elas no Estado e de R\$ 686,02 para os homens e de R\$ 557,39 para as mulheres no País.

No serviços, único setor em que houve diminuição do rendimento médio real de homens e mulheres no RS, as variações para os dois grupos foram muito próximas, registrando -6,4% para eles e -6,7% para elas, o que fez com que, em 2002, o rendimento médio dos homens caísse para R\$ 1.130,57, e o das mulheres, para R\$ 877,83. No Brasil, o rendimento das mulheres cresceu 5,4%, e o dos homens, 2,1%, atingindo, em 2002, valores de R\$ 884,60 e de R\$ 1.105,75 respectivamente.

Na administração pública do RS, o rendimento masculino cresceu mais do que o feminino (variações de 170,3% e de 90,5% respectivamente), fazendo com que, ao final do período, o rendimento masculino superasse o feminino, atingindo R\$ 1.773,71 para eles e R\$ 1.308,85 para elas. No Brasil, o rendimento médio das mulheres teve variação um pouco superior ao dos homens (129,1% e 121,3% respectivamente), atingindo, em 2002, R\$ 1.114,78 para elas e R\$ 1.570,62 para eles.¹⁸

4 - Considerações finais

O comportamento do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil, no período 1993-02, foi fortemente influenciado pelas diferentes conjunturas econômicas, associadas às duas fases do Plano Real: a primeira, de

¹⁸ Uma vez mais, alerta-se para a possibilidade de haver incorreções no valor do rendimento médio real e, conseqüentemente, nas variações do rendimento médio real dos empregados da administração pública no Rio Grande do Sul e no Brasil.

1994 a 1998, caracterizada por um fraco desempenho da atividade econômica e do emprego formal; e a outra, que tem início em 1999, a partir da adoção do câmbio flutuante, marcada por um crescimento mais expressivo do produto e também do nível de emprego.

Na primeira fase, os baixos níveis de crescimento do emprego — piores no Rio Grande do Sul do que no Brasil — deveram-se, fundamentalmente, ao mau desempenho da indústria de transformação. A dificuldade para exportar, decorrente, sobretudo, da valorização cambial, nessa primeira fase, afetou significativamente a indústria de calçados gaúcha — segmento de maior peso na estrutura industrial do Estado, largamente dependente do mercado externo —, ocasionando perdas mais acentuadas na indústria estadual frente à nacional. O crescimento do emprego no comércio, no setor serviços e na administração pública compensou as perdas da indústria de transformação no Estado e no País.

A partir de 1999, com o impulso dado às exportações, verifica-se uma recuperação do emprego industrial — dessa vez mais intensa no Estado do que no País —, que se reflete no comportamento do mercado de trabalho. As vagas acrescidas pelo setor industrial somam-se às geradas pelo comércio, pelo setor serviços e pela administração pública, resultando em um maior crescimento do emprego nacional e também do estadual comparativamente ao subperíodo anterior.

O rendimento real dos empregados formais teve, igualmente, sua evolução demarcada pelas duas fases do Plano Real. O crescimento do rendimento real, no Rio Grande do Sul e no Brasil, aparece como destaque positivo da primeira fase do Plano. A partir de 1999, o rendimento real médio decresceu nos dois espaços, mais intensamente no nacional do que no estadual, o que resultou, no final do período, em ganhos mais expressivos para os trabalhadores gaúchos do que para os brasileiros. A melhor evolução do rendimento médio real dos empregados formais comparativamente ao do conjunto de ocupados foi outra evidência apontada no estudo, o que marca um diferencial positivo do comportamento do mercado formal.

Por fim, no que diz respeito ao perfil dos empregados formais, percebem-se alterações que, ainda que estejam em sintonia com o movimento dos mesmos atributos na PEA e na ocupação, revelam especificidades do mercado formal — crescimento mais intenso da participação feminina comparativamente à PEA e ao total de ocupados, elevação da média etária acima do verificado para a PEA e para o total dos ocupados e aumento do número médio de anos de estudo mais significativo do que o evidenciado na PEA e na ocupação.

Referências

JORNADA, Maria Isabel Hertz. O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 223-246, 2004.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

RAMOS, Lauro; BRITTO, Marcelo. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002**: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGESPAN, Flavio B. (coord). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, p. 248-316, 2000.